

O Cálculo Socialista I: A Natureza e História do Problema*

*Friedrich A. Hayek***

Resumo: Neste artigo, o autor aborda, de maneira histórica e analítica, os principais elementos constitutivos e a evolução das discussões a respeito do problema do cálculo econômico em uma comunidade socialista. Após uma cuidadosa clarificação de conceitos, o autor procede à exposição do argumento austríaco central de que o cálculo econômico racional somente é possível em uma situação na qual o sistema de preços para todos os bens e fatores de produção funciona em ambiente de livre concorrência. **Palavras-Chave:** Teoria econômica, História do pensamento econômico, Problema do cálculo socialista, Sistema de preços, Livre concorrência.

Socialist Calculation I: The Nature and History of the Problem

Abstract: In this article, the author addresses, under a historical and analytical perspective, the main constitutive elements and the evolution of the discussions regarding the problem of the economic calculation in a socialist community. After a careful conceptual clarification, the author proceeds to present the main Austrian argument that rational economic calculation is possible only in a situation in which the price system, for all economic goods and factors of production, works in an environment of free competition.

Keywords: Economic theory, History of economic thought, The socialist calculation problem, Price system, Free competition.

Classificação JEL: B53, B14.

* Reimpresso de: HAYEK, F. A. (Ed.). **Collectivist Economic Planning**. London: George Routledge & Sons, Ltd., 1935. A versão traduzida foi retirada de: HAYEK, F. A. *Socialist Calculation I: The Nature and History of the Problem*. In: HAYEK, F. A. **Individualism and Economic Order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958. p. 119-147. Os outros dois artigos do autor a respeito do mesmo tema (*Socialist Calculation II: The State of the Debate* e *Socialist Calculation III: The Competitive "Solution"*) serão publicados, respectivamente, nas duas próximas edições do periódico *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*. Traduzido do inglês para português por Claudio A. Téllez-Zepeda.

** **Friedrich August von Hayek** nasceu em Viena, no dia 8 de maio de 1899, na ocasião, ainda Império Austro-Húngaro. Recebeu os títulos de doutor em Direito (1921) e Ciência Política (1923) pela Universidade de Viena, onde também estudou Filosofia, Psicologia e Economia. Com a ajuda de Ludwig von Mises (1881-1973), no final da década de 1920, fundou e dirigiu o Austrian Institute for Business Cycle Research, antes de ingressar na London School of Economics em 1931. Tornou-se súdito inglês em 1938 e, em março de 1944, lançou seu famoso livro *O Caminho da Servidão* (Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010). Viveu na Grã-Bretanha até 1950 e depois mudou-se para os Estados Unidos, onde permaneceu de 1950 a 1962. Em 1974, recebeu o Prêmio Nobel de Economia por sua Teoria da Moeda e flutuações econômicas. Faleceu em 23 de março de 1992, em Freiburg, na Alemanha, onde vivia desde a década de 1960.

I

Temos razões para acreditar que estamos, finalmente, entrando em uma era de discussões fundamentadas a respeito do que, durante muito tempo, assumiu-se, de maneira acrítica, como sendo uma reconstrução da sociedade sobre bases racionais. Durante mais de meio século, a crença de que a regulamentação deliberada de todas as questões sociais seria necessariamente mais bem-sucedida do que a interação aparentemente fortuita entre indivíduos independentes ganhou terreno de maneira contínua, até o ponto em que, hoje, dificilmente existe algum grupo político, em algum lugar do mundo, que não deseje a direção central da maior parte das atividades humanas a serviço de um ou outro objetivo. Parecia ser muito fácil aprimorar as instituições de uma sociedade livre que vieram a ser consideradas, cada vez mais, como resultado do mero acaso, o produto de um crescimento histórico peculiar que poderia perfeitamente ter seguido por alguma outra direção. Estabelecer uma ordem nesse caos, aplicar a razão para a organização da sociedade e moldá-la deliberadamente em cada detalhe, de acordo com os desejos humanos e as ideias comuns a respeito da justiça, parecia ser o único curso de ação digno de um ser racional.

Entretanto, no momento presente está claro – e provavelmente isso seria admitido por todas as partes – que, durante a maior parte da evolução desta crença, alguns dos problemas mais sérios de uma tal reconstrução não foram sequer reconhecidos e muito menos respondidos com êxito. Durante muitos anos, as discussões a respeito do socialismo – e, na maior parte desse período, o movimento brotou somente do próprio socialismo – voltaram-se quase exclusivamente para temas éticos e psicológicos. Por um lado, havia a questão geral de se a justiça exigia uma reorganização da sociedade em linhas socialistas e quais princípios da distribuição de renda seriam considerados como justos. Por outro lado, existia a indagação de se poderíamos confiar que os homens, em geral, possuiriam as qualidades morais e psicológicas que

eram vagamente consideradas como essenciais para que um sistema socialista pudesse funcionar. No entanto, embora esta última questão levante algumas dificuldades genuínas, realmente não atinge o coração do problema. O que se questionava era somente se as autoridades, no novo estado de coisas, estariam em posição de fazer com que as pessoas realizassem seus planos adequadamente. A única coisa que importava era a possibilidade prática da execução dos planos, e não se o planejamento, mesmo no caso ideal em que essas dificuldades estivessem ausentes, permitiria concretizar os fins desejados. O problema parecia ser, portanto, *somente* de psicologia ou de educação, onde esse “somente” significa que, após as dificuldades iniciais, esses obstáculos seriam, certamente, superados.

Se isso fosse verdade, então os economistas não teriam nada a dizer a respeito da exequibilidade de tais propostas e é de fato improvável que qualquer discussão científica de seus méritos pudesse ser possível. Seria um problema de ética, ou, mais propriamente, de juízos de valor individuais, a respeito dos quais pessoas distintas poderiam concordar ou discordar, mas sem que fosse possível elaborar argumentos baseados na razão. Algumas dessas interrogações poderiam ser relegadas à decisão dos psicólogos, caso realmente tivessem quaisquer meios de dizer como os homens seriam sob circunstâncias inteiramente diferentes. Para além disto, nenhum cientista, e menos ainda um economista, teria qualquer coisa a dizer a respeito dos problemas do socialismo. Muitas pessoas que acreditam que o conhecimento do economista é aplicável somente aos problemas de uma sociedade capitalista (isto é, aos problemas que surgem de instituições humanas peculiares que estariam ausentes em um mundo organizado de maneira distinta) ainda acreditam que este é o caso.

II

Se esta crença amplamente difundida baseia-se na convicção clara de que não ha-

veria problemas econômicos em um mundo socialista, ou se simplesmente demonstra que as pessoas que a sustentam não sabem o que são os problemas econômicos, isso nem sempre está claro. Provavelmente, o que vale, em geral, é a segunda alternativa. Isto não surpreende em absoluto. Os grandes problemas econômicos que o economista percebe e que defende que também terão de ser resolvidos em uma sociedade coletivista não são problemas que, atualmente, são deliberadamente resolvidos por quem quer que seja, no mesmo sentido em que os problemas econômicos de uma família encontram solução. Em uma sociedade puramente competitiva, ninguém se importa com nada além de seus próprios problemas econômicos. Portanto, não há motivo para que a existência de problemas econômicos, no sentido que o economista utiliza o termo, seja conhecida por outros. Entretanto, a distribuição dos recursos disponíveis entre fins alternativos, que é o problema econômico, não é um problema menor para a sociedade do que o é para o indivíduo e, a despeito da decisão não ser tomada conscientemente por ninguém, o mecanismo competitivo apresenta alguma espécie de solução.

Sem dúvida, colocando nesta forma geral, todos estariam dispostos a admitir que um tal problema existe. Poucos se dão conta, todavia, de que isto é fundamentalmente diferente dos problemas de engenharia, não somente em dificuldade, mas também em seu caráter. A preocupação crescente do mundo moderno com problemas que apresentam natureza de engenharia tende a cegar as pessoas com respeito ao caráter totalmente diferente do problema econômico e é, provavelmente, a razão que explica por que este último problema é cada vez menos compreendido. Ao mesmo tempo, todos os dias a terminologia utilizada para discutir cada uma dessas espécies de problemas aumenta enormemente a confusão. A frase familiar que diz para “tentar obter os melhores resultados a partir dos meios disponíveis” cobre ambos os problemas. O metalúrgico que procura um método que lhe permitirá extrair a máxima quantidade

de de metal de uma quantidade dada de minério, o engenheiro militar que tenta construir uma ponte com um certo número de trabalhadores e no menor tempo possível, o óptico que se empenha em construir um telescópio capaz de permitir ao astrônomo perscrutar estrelas ainda mais distantes – todas essas pessoas estão preocupadas unicamente com problemas tecnológicos. A natureza comum desses problemas encontra-se estabelecida pela especificidade de seu propósito em cada caso, a natureza absolutamente determinada dos fins para os quais os meios à disposição devem ser dedicados. Caso o meio disponível para uma finalidade definida seja uma dada quantidade de dinheiro destinado a ser gasto com fatores de produção que custam certo preço, isso tampouco altera o caráter fundamental do problema. Desde este ponto de vista, o engenheiro industrial que decide qual é o melhor método para produzir uma certa mercadoria com base em determinados preços está preocupado somente com problemas tecnológicos, embora possa falar a respeito de sua tentativa de encontrar o método mais econômico. Entretanto, o único elemento que torna sua decisão econômica *em seus efeitos* não entra em parte alguma de seus cálculos. Trata-se do fato de que utiliza, como base para tais cálculos, os preços tal como os encontra no mercado.

Os problemas que o dirigente de todas as atividades econômicas de uma dada comunidade teria de enfrentar seriam semelhantes àqueles resolvidos por um engenheiro somente caso a ordem de importância das diferentes necessidades da comunidade fosse fixada de maneira tão definitiva e absoluta que alguma delas sempre poderia ser proporcionada, independentemente do custo. Se para ele fosse possível decidir primeiramente a respeito da melhor maneira de produzir a provisão necessária de, digamos, comida como sendo a necessidade mais importante, como se fosse a única necessidade, e se pensasse a respeito do fornecimento de, digamos, roupas, somente se e quando sobrassem alguns meios após a satisfação completa da demanda por

alimentos, então não haveria problema econômico, pois em uma situação assim não sobraria nada com exceção do que possivelmente não poderia ser utilizado para o primeiro propósito, seja por não poder ser transformado em provisões alimentícias, seja por não haver mais demanda por esses produtos. O critério seria, simplesmente, se o máximo possível de itens comestíveis fora produzido ou se a aplicação de métodos diferentes poderia proporcionar uma produção maior. Mas a tarefa deixaria de ser meramente tecnológica em seu caráter e assumiria uma natureza inteiramente distinta caso fosse postulado, adicionalmente, que a maior quantidade possível de recursos deveria ser preservada para outros propósitos. Então, surge a questão do que é uma maior quantidade de recursos. Se um engenheiro propusesse um método que deixasse grande quantidade de terra, porém pouco trabalho para outros propósitos, enquanto outro deixasse muito trabalho e pouca terra, como, na ausência de qualquer padrão de valor, seria possível decidir qual seria a quantidade maior? Se houvesse apenas um fator de produção, isto poderia ser decidido de forma inequívoca com embasamento meramente técnico, dado que, neste caso, o problema principal, em qualquer linha de produção, seria novamente reduzido ao de obter a quantidade máxima de produto a partir de qualquer quantidade dada desses mesmos recursos. O problema econômico restante, acerca do quanto produzir em todas as linhas de produção, apresentaria, neste caso, uma natureza muito simples e praticamente negligenciável. Assim que há dois ou mais fatores, contudo, esta possibilidade deixa de estar presente.

O problema econômico emerge, portanto, tão logo quanto fins distintos competem pelos recursos disponíveis. O critério de sua presença é que os custos precisam ser levados em consideração. O custo, aqui, como em qualquer outro lugar, não significa nada além das vantagens a serem derivadas da utilização dos recursos dados em outras direções. Se isto corresponde simplesmente à utilização de parte do dia de trabalho possí-

vel para recreação, isso faz pouca diferença. Está claro que decisões desta espécie precisarão ser tomadas em qualquer tipo de sistema econômico concebível, onde quer que seja necessário escolher entre empregos alternativos dos recursos à disposição. Entretanto, as decisões entre dois usos alternativos possíveis não podem ser tomadas da maneira absoluta tal como era possível em nosso exemplo anterior. Mesmo se o dirigente do sistema econômico tivesse muito claro em sua mente que o alimento para uma pessoa é sempre mais importante do que a vestimenta para outra, isso de forma alguma implicaria, necessariamente, em que também seria mais importante do que vestir duas ou dez pessoas diferentes. O quanto esta questão é crítica torna-se claro se colocamos nossa atenção em necessidades menos fundamentais. Pode muito bem ocorrer que, embora a necessidade por mais um médico seja maior que a necessidade por mais um professor, ainda assim, sob condições nas quais custa três vezes mais treinar um médico adicional do que preparar outro professor, pode ser preferível optar por três professores ao invés de mais um médico.

Tal como foi dito anteriormente, o fato de que, na ordem atual das coisas, tais problemas econômicos não sejam resolvidos pela decisão consciente de quem quer que seja, tem como resultado que a maior parte das pessoas não têm consciência da existência de tais problemas. Decisões a respeito de se e o quanto produzir de alguma coisa são decisões econômicas neste sentido. No entanto, a tomada de uma decisão dessa sorte por parte de um único indivíduo é somente parte da solução do problema econômico em questão. A pessoa que toma uma tal decisão a realiza com base nos preços dados. O fato de que, por meio desta decisão, influencia esses preços em uma certa medida, possivelmente muito pequena, não influenciará sua escolha. A outra parte do problema é resolvida pelo funcionamento do sistema de preços. Entretanto, é resolvida de uma maneira que pode ser revelada somente por meio de um estudo sistemático do funcionamento do sistema. Já foi sugerido que, para

que este sistema funcione, não é necessário que qualquer pessoa precise entendê-lo. Mas as pessoas não são propensas a permitir que funcione caso não o entendam.

A situação real, neste sentido, reflete-se bem na estimativa popular dos méritos relativos dos economistas e do engenheiro. Provavelmente não é exagero dizer que, para a maioria das pessoas, o engenheiro é o indivíduo que realmente faz as coisas e o economista é o sujeito odioso que se senta em sua cadeira e explica por que os esforços bem-intencionados do engenheiro não funcionam. Em um certo sentido, isto não é falso. Entretanto, a implicação de que as forças que o economista estuda (e que o engenheiro tende a desconsiderar) não são importantes e devem ser negligenciadas é absurda. O treinamento especial do economista é necessário para colocar em evidência que as forças espontâneas que limitam as ambições do engenheiro proporcionam, elas próprias, uma maneira de resolver um problema que, de outra maneira, teria de ser resolvido de forma deliberada.

III

Há, contudo, outras razões além da conspicuidade cada vez maior das técnicas de produção modernas e sofisticadas que são responsáveis pelo nosso atual fracasso em perceber a existência de problemas econômicos. Nem sempre foi assim. Durante um período comparativamente curto, em meados do século XIX, o grau no qual os problemas econômicos eram constatados e compreendidos pelo público em geral era, sem dúvida, muito maior do que no presente. Entretanto, o sistema clássico da economia política, cuja influência extraordinária facilitava este entendimento, erigia-se sobre fundações inseguras e, em parte, definitivamente equivocadas. Sua popularidade foi atingida ao preço de um grau de supersimplificação que mostrou ser sua ruína. Não foi senão muito mais tarde, depois que seus ensinamentos perderam influência, que a reconstrução gradual da te-

oria econômica mostrou que os defeitos que estavam presentes em seus conceitos básicos invalidaram sua explicação a respeito do funcionamento do sistema econômico a um grau muito menor do que parecia provável à primeira vista. No entanto, nesse intervalo, um dano irreparável foi causado. O desmoronamento do sistema clássico produziu o efeito de desacreditar o próprio sentido da análise teórica e, no lugar do entendimento das razões dos fenômenos econômicos, tentou-se colocar uma mera descrição de suas ocorrências. Consequentemente, a compreensão da natureza do problema econômico, a conquista de gerações de ensinamentos, foi perdida. Os economistas que ainda estavam interessados em análises gerais estavam muito preocupados com a reconstrução dos fundamentos puramente abstratos da ciência econômica para serem capazes de exercer uma influência perceptível nas opiniões a respeito das políticas.

Devido em grande parte a este eclipse temporário da economia analítica, os verdadeiros problemas relacionados às sugestões de uma economia planejada receberam, surpreendentemente, pouca perscrutação cuidadosa. No entanto, este mesmo eclipse não decorreu, de forma alguma, somente das fraquezas inerentes e da conseqüente necessidade de reconstruir a velha economia. Tampouco teria tido o mesmo efeito caso não tivesse coincidido com a ascensão de um outro movimento, definitivamente hostil aos métodos racionais na economia. A causa comum que, ao mesmo tempo, erodiu a posição da teoria econômica e impulsionou o crescimento de uma escola de socialismo, o que desencorajou positivamente qualquer especulação a respeito do verdadeiro funcionamento da sociedade no futuro, foi o aparecimento da assim chamada Escola Histórica na economia¹, dado que a essência da perspectiva desta Escola era

¹ Alguns dos pontos que mal posso tangenciar aqui foram desenvolvidos, com maior extensão, em uma conferência proferida em março de 1933 e publicada dois meses depois. Ver: HAYEK, F. A. The Trend of Economic Thinking. *Economica*, Vol. 13 (May 1933): 127-137.

que as leis da economia poderiam ser estabelecidas somente mediante a aplicação dos métodos das ciências naturais ao material da história. A natureza deste material é tal que qualquer tentativa desta espécie está fadada a degenerar em mero registro descritivo e em ceticismo absoluto a respeito da existência de quaisquer leis.

Não é difícil entender por que isto deveria acontecer. Em todas as ciências, com exceção daquelas que lidam com os fenômenos sociais, tudo o que a experiência nos mostra é o resultado de processos que não podemos observar diretamente e que temos a tarefa de reconstruir. Todas as nossas conclusões sobre a natureza desses processos são necessariamente hipotéticas e o único teste de validade para essas hipóteses é que se mostram igualmente aplicáveis à explicação de outros fenômenos. O que nos permite chegar, por meio deste processo de indução, à formulação de leis gerais, ou hipóteses, que dizem respeito ao processo causal, é o fato de que a possibilidade de realizar experimentos, de observar a repetição dos mesmos fenômenos sob condições idênticas, mostra a existência de regularidades definidas nos fenômenos observados.

Nas ciências sociais, todavia, a situação é exatamente oposta. Por um lado, a experimentação é impossível. Não temos, portanto, conhecimento a respeito de regularidades definidas nos fenômenos complexos da mesma maneira como temos nas ciências naturais. Entretanto, por outro lado, a posição do homem, a meio caminho entre os fenômenos naturais e sociais – como efeito dos primeiros e causa dos últimos – traz à tona que os fatos básicos essenciais de que precisamos para a explicação dos fenômenos sociais fazem parte da experiência comum, parte do estofado de nosso pensamento. Nas ciências sociais, os elementos dos fenômenos complexos são aqueles que conhecemos para além de qualquer possibilidade de contestação. Nas ciências naturais, podem no máximo ser supostos. A existência desses elementos é, portanto, muito mais certa do que quaisquer regularidades nos fenômenos complexos aos quais dão origem, fazendo

com que constituam o fator verdadeiramente empírico nas ciências sociais. Resta pouca dúvida de que esta diferença no papel que o elemento empírico desempenha no processo de raciocínio dos dois grupos de disciplinas é exatamente o que está na raiz de grande parte da confusão com relação a seu caráter lógico. Não pode haver dúvida de que as ciências sociais, assim como as naturais, precisam empregar raciocínios dedutivos. A diferença essencial reside em que, nas ciências naturais, o processo de dedução precisa começar a partir de algumas hipóteses que resultam de generalizações indutivas, enquanto que, nas ciências sociais, começa diretamente a partir de elementos empíricos conhecidos que utiliza para descobrir as regularidades, nos fenômenos complexos, que as observações diretas não são capazes de estabelecer. São, por assim dizer, ciências empiricamente dedutivas, que procedem dos elementos conhecidos para as regularidades nos fenômenos complexos, as quais não podem ser estabelecidas diretamente. Entretanto, este não é o lugar para discutir questões de metodologia em proveito de si mesmas. Nossa preocupação é unicamente mostrar como veio a ocorrer que, na era dos grandes triunfos do empirismo nas ciências naturais, foi feita uma tentativa de forçar os mesmos métodos empíricos nas ciências sociais, o que estava fadado a produzir resultados desastrosos. Para começar pelo lugar errado, buscar regularidades em fenômenos complexos que nunca poderiam ser observados duas vezes sob condições idênticas era algo que não poderia levar senão à conclusão de que não existem leis gerais, que não há necessidades inerentes determinadas pela natureza permanente dos elementos constitutivos, e que, portanto, a única tarefa da ciência econômica em particular seria a de elaborar descrições das mudanças históricas. Foi somente com este abandono dos métodos de investigação adequados, bem estabelecidos no período clássico, que começou-se a pensar que não haveria leis para a vida social além daquelas produzidas pelos homens, e que todos os fenômenos observados não passavam de pro-

dutos das instituições sociais ou legais, meramente “categorias históricas”, não emanando, de forma alguma, dos problemas econômicos básicos que a humanidade precisa enfrentar.

IV

Em diversos aspectos, a escola de socialismo mais poderosa que o mundo já viu até agora é, essencialmente, produto deste tipo de historicismo. Embora em alguns pontos Karl Marx tenha adotado as ferramentas dos economistas clássicos, fez pouco uso de suas principais contribuições permanentes – suas análises da concorrência. Entretanto, aceitou de bom grado o argumento central da Escola Histórica, de que a maior parte dos fenômenos da vida econômica não resultariam de causas permanentes, sendo unicamente o produto de um desenvolvimento histórico particular. Não é por acaso que o país no qual a Escola Histórica mais prosperou, a Alemanha, também foi o país onde o Marxismo foi mais prontamente aceito.

O fato de que esta escola de socialismo – a mais influente – tenha estado relacionada de maneira tão estreita às tendências antiteóricas gerais presentes nas ciências sociais da época produziu um efeito profundo em todas as discussões posteriores a respeito dos verdadeiros problemas do socialismo. Toda esta perspectiva não somente criou uma incapacidade peculiar para perceber qualquer um dos problemas econômicos permanentes, que são independentes do enquadramento histórico; Marx e os marxistas também lograram, de maneira totalmente consistente, desencorajar positivamente qualquer indagação a respeito da verdadeira organização e funcionamento da sociedade socialista no futuro. Se a mudança brotaria da lógica inexorável da história, se resultaria inevitavelmente da evolução, havia pouca necessidade para conhecer, com detalhes, como seria, exatamente, a nova sociedade. Se praticamente todos os fatores determinantes da atividade econômica na sociedade presente estariam ausentes, se na nova sociedade não haveria problemas com exceção daqueles determina-

dos pelas novas instituições que o processo de mudança histórica teria criado, então, de fato, haveria pouca possibilidade de resolver, de antemão, qualquer um de seus problemas. O próprio Marx mostrou apenas desdém e ridículo a respeito de qualquer tentativa deliberada de construir um plano para implementar uma tal utopia. Somente de forma ocasional, e, mesmo assim, de maneira negativa, encontramos, em suas obras, afirmações a respeito de como a nova sociedade *não* seria. Podemos perscrutar seus escritos em vão, à procura de quaisquer afirmações definidas concernentes aos princípios gerais que orientariam o direcionamento da atividade econômica na comunidade socialista².

A atitude de Marx no que tange a este ponto produziu um efeito duradouro sobre os socialistas de sua escola. Especular a respeito de como seria a organização real da sociedade socialista estigmatizava imediatamente o autor desafortunado como sendo “anticientífico”, por sinal a pior condenação à qual um membro da escola “científica” do socialismo poderia se expor. Entretanto, mesmo fora do terreno marxista, os descendentes comuns de todos os ramos modernos do socialismo, que derivam de alguma visão essencialmente histórica ou “institucional” dos fenômenos econômicos, conseguiram, com sucesso, abafar todas as tentativas de estudar os problemas que qualquer política socialista teria de resolver. Conforme veremos, foi somente em respostas a críticas externas que esta tarefa teve de ser, finalmente, empreendida.

V

Atingimos, agora, um ponto no qual torna-se claramente necessário separar vários

² Uma coleção útil de alusões diferentes a este problema nas obras de Marx, em particular no *Randglossen zum Gothaer Programm* (1875), podem ser encontradas em: TISCH, K. **Wirtschaftsrechnung und Verteilung im zentralistisch organisierten sozialistischen Gemeinwesen**. Wuppertal-Elberfeld: Druck von H. Scheschinski, 1932. p. 110-115.

aspectos diferentes do programa que até agora reunimos como sendo de caráter socialista. Para a primeira parte do período no qual a crença no planejamento central se desenvolveu, justifica-se historicamente identificar, sem muitas qualificações, a ideia de socialismo com a de planejamento. No que diz respeito aos principais problemas econômicos, isto ainda é válido atualmente. No entanto, devemos admitir que, em vários outros aspectos, os socialistas modernos e outros planejadores da atualidade têm pleno direito de rejeitar qualquer responsabilidade sobre os programas uns dos outros. O que precisamos distinguir, aqui, são os fins almejados e os meios propostos, ou os que são de fato necessários para atingir tais propósitos. As ambiguidades que existem nesta conexão emergem do fato de que os meios necessários para atingir os fins socialistas, no sentido mais estreito, podem ser utilizados para outros propósitos e que os problemas que ocupam nossas preocupações surgem dos meios e não dos fins.

O objetivo comum de todo socialismo no sentido mais estreito, do socialismo “proletário”, é o aprimoramento da posição das classes sociais desprovidas de propriedade mediante uma redistribuição da renda decorrente da propriedade. Isto implica na propriedade coletiva dos meios materiais de produção e no direcionamento e controle coletivista de seu emprego. Os mesmos métodos coletivistas podem, contudo, ser aplicados para servir a fins totalmente diferentes. Um ditador aristocrático, por exemplo, poderia utilizar os mesmos procedimentos para avançar os interesses de alguma elite racial ou de uma outra espécie, ou então a serviço de algum outro propósito decididamente anti-igualitário. A situação torna-se ainda mais complicada pelo fato de que o método da propriedade e controle coletivista, essencial para qualquer uma dessas tentativas de dissociar a distribuição da renda da propriedade privada dos meios de produção, admite sua aplicação em diversos graus. Por enquanto, será conveniente utilizar o termo “socialismo” para descrever os fins socialistas tradicionais e usar o termo “plane-

jamento” para descrever o método, embora posteriormente venhamos a empregar “socialismo” no sentido mais abrangente. No sentido mais estreito pode ser dito, portanto, que é possível ter muito planejamento com pouco socialismo, ou pouco planejamento e muito socialismo. O método do planejamento, em todo caso, pode certamente ser utilizado para propósitos que não têm nada a ver com os fins éticos do socialismo. Se é igualmente possível dissociar por completo o socialismo do planejamento – e as críticas elaboradas contra o método conduziram a tentativas nesta direção –, trata-se de uma questão que teremos de investigar posteriormente.

O fato de que é possível, não somente em teoria mas também na prática, separar o problema do método do problema dos fins é algo muito auspicioso para os propósitos da discussão científica. A respeito da validade dos fins últimos, a ciência não tem nada a dizer. Podem ser aceitos ou rejeitados, porém não podem ser provados ou refutados. Tudo o que podemos argumentar racionalmente sobre isso é se, e em que medida, determinadas atitudes conduzirão aos resultados desejados. Se, no entanto, o método em questão fosse proposto somente como meio para um fim particular, poderia mostrar-se difícil, na prática, manter separados claramente o argumento relativo à questão técnica e os juízos de valor. Entretanto, dado que o mesmo problema dos meios aparece ligado a ideias éticas completamente distintos, podemos ter a esperança de ser possível manter os juízos de valor totalmente fora da discussão.

A condição comum necessária para atingir uma distribuição da renda que seja independente da posse individual dos recursos – o fim imediato comum do socialismo e de outros movimentos anticapitalistas – é que a autoridade que decide a respeito dos princípios desta distribuição também deva controlar os recursos. Agora, qualquer que seja a substância de tais princípios distributivos, essas ideias sobre a divisão justa – ou, de outro modo, desejável – da renda devem ser similares em um aspecto puramente formal, porém

altamente importante: precisam ser estabelecidas na forma de uma escala de importância de um certo número de fins individuais concorrentes. É este aspecto formal, este fato de que uma autoridade central precisa resolver o problema econômico de distribuir uma quantidade limitada de recursos entre um número praticamente infinito de propósitos conflitantes, o que constitui o problema do socialismo enquanto método. A questão fundamental é a de se é possível, sob as condições complexas de uma grande sociedade moderna, que uma tal autoridade central possa levar adiante as implicações de uma escala de valores qualquer com grau razoável de precisão e com um patamar de sucesso que se iguale ou que pelo menos se aproxime dos resultados do capitalismo competitivo, e não se um certo conjunto específico de valores desta sorte é, de alguma maneira, superior a outro. Estamos preocupados, aqui, com os métodos comuns ao socialismo (no sentido mais estreito) e a todos os demais movimentos modernos em prol de uma sociedade planejada, e não com objetivos específicos do socialismo.

VI

Dado que em tudo o que se segue estaremos preocupados somente com os métodos a serem empregados e não com os fins almejados, de agora em diante será conveniente utilizar o termo “socialismo” neste sentido mais amplo. Este sentido abrange, portanto, qualquer caso de controle coletivista dos recursos produtivos, sem nos importarmos a respeito dos interesses de quem este controle é utilizado. Entretanto, a despeito de não precisarmos, para nossos propósitos, de nenhuma definição adicional dos fins concretos perseguidos, ainda temos a necessidade de mais uma definição a respeito dos métodos exatos que desejamos considerar. Há, obviamente, muitos tipos de socialismo, porém os termos tradicionais que designam essas espécies diferentes, tais como “comunismo”, “sindi-

calismo” ou “socialismo de guildas” nunca corresponderam totalmente à classificação dos métodos que desejamos. Ademais, a maior parte deles, em tempos recentes, tornaram-se tão proximamente conectados a partidos políticos em vez de a programas definidos, que dificilmente são úteis para nosso objetivo. O que é relevante, para nós, é essencialmente o grau com o qual o controle central e o direcionamento dos recursos é levado a cabo em cada um dos diferentes tipos. Para ver em que medida variações sobre este ponto são possíveis, talvez seja melhor começar com a espécie mais familiar de socialismo e, a seguir, examinar em que extensão seus arranjos podem ser alterados em direções diferentes.

O programa que é, ao mesmo tempo, o mais amplamente defendido e que apresenta a maior plausibilidade *prima facie* envolve não somente a propriedade coletiva, mas também a direção central unificada para a utilização de todos os recursos materiais de produção. Ao mesmo tempo, contempla a liberdade de escolha contínua no consumo e a liberdade também contínua na escolha da ocupação. Pelo menos é essencialmente desta forma que o Marxismo foi interpretado pelos partidos social-democratas do Continente e é a forma na qual o socialismo é imaginado pelo maior número de pessoas. É também nesta forma que o socialismo tem sido mais amplamente discutido; a maioria das críticas mais recentes concentram-se sobre esta variedade. Na realidade, tem sido tratado de maneira tão abrangente como sendo o único programa socialista importante que, na maioria das discussões a respeito dos problemas econômicos do socialismo, os autores envolvidos costumam não especificar o tipo de socialismo que têm em mente. Isto resulta em efeitos de certo modo desagradáveis, pois nunca se torna suficientemente claro se objeções ou críticas específicas são válidas somente para este tipo particular ou se aplicam a todas as espécies de socialismo.

Por esta razão, é necessário ter em mente as possibilidades alternativas já des-

de o início e considerar cuidadosamente, em cada estágio da discussão, se qualquer problema específico surge dos pressupostos que devem ser subjacentes a todo programa socialista, ou se devem-se unicamente a pressupostos elaborados em algum caso particular. A liberdade de escolha do consumidor ou a liberdade de ocupação, por exemplo, não são de forma alguma atributos necessários de qualquer programa socialista e, embora os primeiros socialistas tenham, em geral, repudiado a ideia de que o socialismo acabaria com essas liberdades, críticas mais recentes da posição socialista têm se defrontado com a resposta de que as supostas dificuldades apareceriam somente caso essas liberdades fossem mantidas; e que de forma alguma isso seria um preço muito alto a pagar pelas demais vantagens do socialismo, caso sua abolição viesse a se mostrar necessária. É necessário, portanto, levar em consideração, ao lado das demais, esta forma extrema de socialismo. Corresponde, em muitos aspectos, ao que no passado costumava-se chamar de “comunismo”, isto é, um sistema no qual não somente os meios de produção, mas todos os bens seriam de propriedade coletiva e no qual, ademais, a autoridade central também poderia comandar qualquer pessoa a desempenhar qualquer tarefa.

Este tipo de sociedade, na qual tudo é dirigido de maneira centralizada, pode ser considerada como o caso limítrofe de uma longa série de outros sistemas que apresentam graus menores de centralização. O tipo mais familiar já discutido situa-se, de certa maneira, mais distante em direção à descentralização. Entretanto, ainda envolve o planejamento em uma escala bastante extensa – na forma do direcionamento minucioso de praticamente todas as atividades produtivas por uma autoridade central. Os primeiros sistemas, de socialismo mais descentralizado, tais como o socialismo de guildas ou o sindicalismo, não devem ocupar nossa preocupação aqui, dado que agora parece admitir-se, de maneira geral, que

não dispõem de qualquer mecanismo que seja para um direcionamento racional da atividade econômica. Mais recentemente, contudo, surgiu, novamente em resposta às críticas, uma tendência entre os pensadores socialistas para reintroduzir um certo grau de competição em seus esquemas, de modo a superar a dificuldade que admitem que apareceria no caso do planejamento completamente centralizado. Neste estágio, não temos a necessidade de considerar, em detalhes, as formas nas quais a competição entre produtores individuais poderia ser combinada com o socialismo. Isto será feito posteriormente³. Mas é necessário, desde o início, que tenhamos ciência de sua existência. Por duas razões. Em primeiro lugar, para permanecermos conscientes, durante toda a discussão subsequente, de que a direção totalmente centralizada de toda atividade econômica, o que costuma ser considerado, geralmente, como típico de todos os socialismos, pode concebivelmente variar em alguma medida; e, em segundo lugar – o que é ainda mais importante –, para que possamos ver claramente o grau de controle central que precisa ser satisfeito para que possamos falar razoavelmente em socialismo, ou quais são os pressupostos mínimos que nos possibilitam considerar que um dado sistema recai em nosso campo de investigação. Mesmo se viéssemos a descobrir que a propriedade coletiva dos meios de produção é compatível com a determinação competitiva dos propósitos para os quais unidades individuais de recursos devem ser empregadas e com o método de seu emprego, ainda precisamos assumir que as questões a respeito de “quem deve exercer o comando sobre uma dada quantidade de recursos para a comunidade” ou “que quantidade de recursos os diferentes ‘empreendedores’ deverão receber” terão de ser decididas por uma autoridade central. Este parece ser o pressuposto minimamen-

³ Ver o Capítulo IX de HAYEK. *Collectivist Economic Planning*.

te consistente com a ideia de propriedade coletiva, o menor grau de controle central que ainda permitiria que a comunidade mantivesse o comando sobre os rendimentos decorrentes dos meios materiais de produção.

VII

Sem um certo controle central dos meios de produção, o planejamento no sentido em que empregamos o termo deixa de ser um problema. Torna-se impensável. A maioria dos economistas, de todas as vertentes, provavelmente concordariam com isto, embora a maior parte das pessoas que acreditam no planejamento ainda pudessem pensar que se trata de algo que poderia ser tentado racionalmente ainda dentro do marco de uma sociedade baseada na propriedade privada. Na verdade, contudo, se por “planejamento” entende-se o direcionamento de fato da atividade produtiva mediante prescrição autoritária, ou então das quantidades a serem produzidas, dos métodos de produção a serem utilizados, ou dos preços a serem fixados, pode-se mostrar facilmente, não que uma tal coisa é impossível, mas sim que qualquer medida isolada deste tipo provocaria reações que levariam a seu próprio fim, e que qualquer tentativa de agir consistentemente exigiria mais e mais medidas de controle, até que toda a atividade econômica ficaria subjugada a uma autoridade central.

No escopo desta discussão sobre o socialismo, é impossível avançar mais neste problema distinto – a intervenção estatal em uma sociedade capitalista. Se isso é mencionado aqui, é apenas para dizer, explicitamente, que se trata de algo que excluimos de nossas considerações. Em nossa opinião, análises bastante aceitas mostram que se trata de algo que não fornece uma alternativa passível de ser escolhida racionalmente, ou a respeito da qual se poderia esperar que proporcionasse uma solução estável, ou

ao menos satisfatória para qualquer um dos problemas aos quais fosse aplicada⁴.

Mas aqui, mais uma vez, é necessário resguardar-se contra mal-entendidos. Dizer que o planejamento parcial do tipo ao qual aludimos é irracional não equivale, entretanto, a dizer que a única forma de capitalismo que pode ser defendida racionalmente seria o *laissez-faire* absoluto, em seu velho sentido. Não temos razão para assumir que as instituições legais historicamente dadas são, necessariamente, as mais “naturais” em qualquer sentido que seja. O reconhecimento do princípio da propriedade privada não implica necessariamente, de forma alguma, que as delimitações particulares do conteúdo deste direito, conforme determinados pelas leis existentes, sejam as mais adequadas. A questão a respeito de qual seria o enquadramento permanente mais apropriado para assegurar o funcionamento mais suave e eficiente da competição é da maior importância e, devemos admitir, tem sido tristemente negligenciada pelos economistas.

Entretanto, por outro lado, admitir a possibilidade de mudanças no marco legal não é a mesma coisa que admitir a possibilidade de um outro tipo de planejamento, no sentido em que estamos utilizando essa palavra até agora. Há, aqui, uma distinção essencial que não pode ser desconsiderada: a distinção entre um marco legal permanente, elaborado para proporcionar todos os incentivos necessários para que a iniciativa privada produza as adaptações necessárias diante de qualquer mudança, e um sistema no qual tais adaptações são estabelecidas por uma direção central. Esta é a verdadeira questão, e não o tema da preservação da ordem existente versus a introdução de novas instituições. Em certo sentido, ambos os sistemas podem ser descritos como produtos do planejamento racional. Entretanto, no primeiro caso, este planejamento diz respeito somente ao marco institucional permanente e pode ser rejeita-

⁴ Ver MISES, Ludwig von. *Interventionismus*. Jena: Gustav Fischer, 1929.

do caso estejamos dispostos a aceitar as instituições que se desenvolveram em um lento processo histórico, enquanto que, no caso restante, o planejamento precisa lidar com as mudanças cotidianas de todos os tipos.

Não pode haver dúvidas de que um planejamento desta sorte envolve mudanças de um tipo e magnitude até então desconhecidos na história humana. Às vezes se argumenta que as mudanças agora em progresso não passam de um mero retorno às formas sociais da era pré-industrial. Isto é, todavia, uma compreensão equivocada. Mesmo quando o sistema medieval de guildas estava em seu apogeu e quando as restrições ao comércio eram mais extensas, não eram realmente empregadas como meio para direcionar as atividades individuais. Certamente não eram o marco permanente mais racional que poderia ter sido concebido para a atividade individual, mas eram, em essência, não mais do que um marco permanente dentro do qual as atividades correntes, derivadas da iniciativa individual, podiam ser realizadas livremente. Com nossas tentativas de utilizar as antigas aparelhagens restricionistas como instrumento para realizar ajustes às mudanças em base quase diária, já fomos muito mais longe, na direção do planejamento central das atividades correntes, do que qualquer outra coisa já tentada anteriormente. Se seguirmos pelo caminho que iniciamos, se tentarmos agir de forma consistente e combater as tendências autofrustrantes de qualquer ato isolado de planejamento, certamente embarcaremos em um experimento que, até recentemente, não encontrou paralelos na história. No entanto, mesmo no estágio presente, já fomos longe demais. Se vamos julgar corretamente as potencialidades, é necessário perceber que o sistema sob o qual vivemos, engasgado com o restricionismo e com tentativas parciais de planejamento, situa-se quase tão distante de qualquer sistema de capitalismo que poderia ser defendido racionalmente, quanto difere de qualquer sistema consistente de planejamento. É importante perceber, em qualquer investigação acerca das possibilidades de pla-

nejamento, que é falacioso supor que o capitalismo, tal como existe hoje, é uma alternativa. Encontramo-nos certamente tão distantes do capitalismo em sua forma pura quanto de qualquer sistema de planejamento central. O mundo de hoje não passa de um caos intervencionista.

VIII

A economia política clássica ruiu principalmente porque fracassou em basear sua explicação do fenômeno fundamental do valor na mesma análise das molas propulsoras da atividade econômica que tinha aplicado, com tanto sucesso, ao fenômeno mais complexo da concorrência. A teoria do valor trabalho resultou de uma busca por alguma substância ilusória de valor ao invés de uma investigação do comportamento do sujeito econômico. O passo decisivo no processo da economia foi dado quando os economistas começaram a se perguntar quais, exatamente, seriam as circunstâncias que fariam com que os indivíduos se comportassem de certas maneiras com respeito aos bens. Elaborar a questão desta forma conduziu imediatamente ao reconhecimento de que atribuir um significado de valor definido às unidades de bens diferentes era um passo necessário para a solução do problema geral que surge sempre que uma multiplicidade de fins competem por uma quantidade limitada de meios.

A onipresença deste problema do valor, onde quer que exista ação racional, era o fato básico a partir do qual uma exploração sistemática das formas, sob as quais apareceria em diferentes organizações da vida econômica, poderia ser levada adiante. Até um certo ponto, desde o próprio início os problemas de uma economia direcionada de maneira centralizada encontrou um lugar proeminente nas exposições da economia moderna. Obviamente, era muito mais simples discutir os problemas fundamentais pressupondo a existência de uma *única* escala de valores seguida consistentemente, ao invés de basear-se em

uma multiplicidade de indivíduos seguindo cada qual suas escalas pessoais. Assim, nos primeiros capítulos dos novos sistemas, o pressuposto de um estado comunista foi utilizado frequentemente – e com vantagem considerável – como mecanismo expositivo⁵. Entretanto, foi utilizado somente para demonstrar que qualquer solução levaria necessariamente aos mesmos fenômenos do valor – aluguéis, salários, juros, etc. – que observamos, na verdade, em uma sociedade competitiva, e os autores então prosseguiram mostrando como as interações das atividades independentes dos indivíduos produziam espontaneamente tais fenômenos, sem aprofundar-se mais ainda na questão de se poderiam ser produzidos, em uma sociedade moderna complexa, por quaisquer outros meios. A mera ausência de uma escala de valores de comum acordo parecia privar esse problema de qualquer importância prática. É verdade que alguns dos primeiros autores da nova escola não somente acreditavam que realmente tinham resolvido o problema do socialismo, mas também pensavam que seu cálculo da utilidade proporcionava um meio que tornava possível combinar escalas de utilidade individuais em uma escala de fins objetivamente válida para a sociedade como um todo. Agora, reconhece-se de maneira geral que esta última crença não passava de ilusão e que não há critérios científicos que nos permitiriam comparar ou determinar a importância relativa das necessidades de pessoas diferentes, embora conclusões implicando em tais comparações inter-pessoais ilegítimas de utilidade ainda possam ser encontradas em discussões de problemas específicos.

No entanto, é evidente que, ao passo em que o avanço da análise do sistema competitivo revelou a complexidade dos problemas que solucionava espontaneamente, os economistas se tornaram cada vez mais céticos a respeito da possibilidade de resolver esses mesmos problemas por meio de decisões de-

liberadas. Talvez valha a pena observar que, tão cedo quanto em 1854, o mais famoso dos antecessores da escola moderna da “utilidade marginal”, o alemão Hermann Heinrich Gossen (1810-1858), concluiu que a autoridade econômica central projetada pelos comunistas perceberia rapidamente que tinha, diante de si, uma tarefa que ultrapassava enormemente as capacidades dos homens individuais⁶. Os últimos economistas da escola moderna frequentemente chegavam ao ponto no qual Gossen já havia baseado sua objeção, a dificuldade do cálculo racional na ausência de propriedade privada. Isto foi colocado de forma particularmente clara pelo professor Edwin Cannan (1861-1935), que enfatizou o fato de que os objetivos dos socialistas e dos comunistas poderia ser atingido somente mediante a “*abolição tanto da instituição da propriedade privada, quanto da prática das trocas, sem as quais o valor, em qualquer sentido razoável do termo, não pode existir*”⁷. Entretanto, além de colocações gerais desta sorte, o exame crítico das possibilidades de uma política econômica socialista fez pouco progresso, pela simples razão de que não havia nenhuma proposta

⁶ GOSSEN, H. H. *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs und der daraus fliessenden Regeln für menschliches Handeln*. Braunschweig, 1854. p. 231: “Dazu folgt aber ausserdem aus den im vorstehenden gefundene Sätzen über das Geniessen, und in folgedessen über das Steigen and Sinken der Werthes jeder Sache mit Verminderung und Vermehrung der Masse und der Art, dass nur durch Feststellung des Privateigenthums der Massstab gefunden wird zur Bestimmung der Quantität, welche den Verhältnissen angemessen am Zweckmässigsten von jedem Gegenstand zu produzieren ist. Darum würde denn die von Communisten projectierte Zentralbehörde zur Verteilung der verschiedenen Arbeiten sehr bald die Erfahrung machen, dass sie sich eine Aufgabe gestellt habe, deren Lösung die Kräfte einzelner Menschen weit übersteigt”. (Itálicos no original).

⁷ CANNAN, E. *A History of the Theories of Production and Distribution*. 3a. ed., 1917. p. 395. Posteriormente, o professor Cannan também realizou uma importante contribuição ao problema da relação internacional entre os Estados socialistas. Ver seu ensaio a respeito: CANNAN, E. *The Incompatibility of Socialism and Nationalism. The Economic Outlook*. London, 1912.

⁵ Ver, em particular, WIESER, F. von. *Natural Value*. London: Macmillan, 1893. *Passim*.

socialista concreta para ser examinada a respeito de como esses problemas seriam superados⁸.

Foi somente no início do século XX que o eminente economista holandês Nicolaas Gerard Pierson (1839-1909) finalmente elaborou um posicionamento geral do tipo que acabamos de examinar, no que diz respeito à inviabilidade prática do socialismo, provocando assim Karl Kautsky (1854-1938), que na época era o principal teórico do socialismo marxista. Kautsky foi levado, dessa maneira, a quebrar o tradicional silêncio sobre o real funcionamento do futuro Estado socialista em uma palestra na qual, ainda de forma hesitante e com muitas desculpas, proporcionou uma descrição do que aconteceria no dia seguinte à Revolução⁹. No entanto, Kautsky mostrou somente que, na verdade, não estava sequer ciente do problema que os economistas tinham visto. Assim, deu a Pierson a oportunidade de demonstrar com detalhes, em um artigo que apareceu primeiro no periódico holandês *Economist*, que um Estado socialista teria seus problemas de valor assim como qualquer outro sistema econômico, e que a tarefa que os socialistas precisavam resolver era mostrar como, na ausência de um sistema de preços, o valor dos diferentes bens poderia ser determinado. Esse artigo constitui a primeira contribuição importante à discussão moderna dos aspectos econômicos do socialismo e, embora permanecesse praticamente desconhecido fora da Holanda e tenha ficado acessível em uma versão alemã somente após a discussão ter sido iniciada de maneira independente por outros

autores, preserva seu valor especial como a única discussão importante sobre esses problemas que foi publicada antes da Primeira Guerra Mundial. É particularmente valiosa devido à sua discussão dos problemas que surgem a partir do comércio internacional entre diversas comunidades socialistas¹⁰.

Todas as discussões posteriores dos problemas econômicos do socialismo que apareceram antes da Grande Guerra restringiam-se mais ou menos à demonstração de que as categorias principais de preços, tais como salários, aluguéis e juros, teriam ao menos que aparecer nos cálculos das autoridades planejadoras, da mesma maneira como aparecem atualmente, e seriam determinadas essencialmente pelos mesmos fatores. O desenvolvimento moderno da teoria dos juros desempenhou um papel particularmente importante a este respeito e, após Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914)¹¹, foi o professor Cassel quem, em particular, mostrou de maneira convincente que os juros teriam de constituir um elemento importante no cálculo racional da atividade econômica. Entretanto, nenhum desses autores sequer tentou mostrar como essas magnitudes essenciais poderiam ser obtidas na prática. O único autor que pelo menos se aproximou do problema foi o economista italiano Enrico Barone (1859-1924), que em 1908, em um artigo intitulado *Ministry of Production in the Collectivist State* [Ministério da Produção no Estado Coletivista], desenvolveu algumas das sugestões de Vilfredo Pareto (1848-1923)¹². Este artigo é merecedor de interesse por ser um exemplo de como se acreditava

⁸ Uma tentativa completamente negligenciada de resolver o problema desde o lado socialista, que mostra ao menos alguma percepção da verdadeira dificuldade, foi levada a cabo por Georg Sulzer. Ver: SULZER, G. *Die Zukunft des Sozialismus*. Dresden, 1899.

⁹ Uma versão inglesa desta palestra, proferida originalmente em Delft no dia 24 de abril de 1902 e logo depois publicada em alemão, juntamente com outra palestra ministrada dois dias antes no mesmo lugar, foi publicada como: *The Social Revolution and On the Morrow of the Social Revolution*. London, 1907.

¹⁰ Uma versão inglesa do artigo de Pierson aparece o volume *Collectivist Economic Planning*, cuja Introdução é constituída pelo presente ensaio.

¹¹ Além de sua obra geral sobre os juros, seu ensaio intitulado *Macht und ökonomisches Gesetz* (*Zeitschrift für Volkswirtschaft, Sozialpolitik und Verwaltung* (1914)) merece menção especial, pois pode ser considerado, de diversas maneiras, precursor direto da obra crítica posterior.

¹² PARETO, V. *Cours d'Économie Politique*, II. Lausanne, 1897. 364 ff.

que as ferramentas para a análise matemática dos problemas econômicos poderiam ser utilizadas para resolver os problemas da autoridade de planejamento central¹³.

IX

Quando, ao final da guerra de 1914-1918, os partidos socialistas alcançaram o poder na maior parte dos Estados da Europa central e oriental, as discussões a respeito de todos esses problemas entraram necessariamente em uma fase nova e decisiva. Os partidos socialistas, vitoriosos, agora precisavam pensar em um programa de ação definido e a literatura socialista dos anos que se seguiram imediatamente à Primeira Guerra Mundial concentrou-se enormemente, pela primeira vez, nas questões práticas de como organizar a produção em linhas socialistas. Essas discussões ainda estavam muito influenciadas pela experiência dos anos da guerra, quando os Estados administraram os gêneros alimentícios e as matérias-primas para lidar com a séria escassez da maior parte das mercadorias essenciais. Costumava-se assumir que isto tinha mostrado não somente que a direção central da atividade econômica era praticável e inclusive superior a um sistema de competição, mas também que a técnica de planejamento especial, desenvolvida para enfrentar os problemas da economia de guerra, também poderia ser aplicada à administração permanente de uma economia socialista.

Além da Rússia, onde a velocidade das mudanças nos anos que se seguiram imediatamente à Revolução deixou pouco espaço para uma reflexão ponderada, foi principalmente na Alemanha, e mais ainda na Áustria, que tais questões foram debatidas com mais seriedade. Particularmente neste último país, cujos socialistas durante muito tempo desempenharam um papel preponderante no desenvolvi-

mento intelectual do socialismo, e onde um partido socialista forte e não dividido provavelmente exerceu uma influência maior sobre sua política econômica do que em qualquer outro lugar além da Rússia, os problemas do socialismo assumiram uma enorme importância prática. Talvez possa ser mencionado, de passagem, que é bastante curioso que tão poucos estudos sérios tenham sido dedicados às experiências econômicas desse país na década imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, embora sejam provavelmente mais relevantes para os problemas de uma política socialista no mundo ocidental do que qualquer coisa que tenha acontecido na Rússia. Entretanto, o que quer que possamos pensar a respeito dos experimentos verdadeiramente realizados na Áustria, resta pouca dúvida de que as contribuições teóricas que foram levadas a cabo ali para o entendimento dos problemas ainda mostrará ser uma força considerável na história intelectual de nossa época.

Dentre essas primeiras contribuições socialistas às discussões, de muitas formas a mais interessante e, em todo caso, a mais característica devido ao reconhecimento ainda muito limitado da natureza do problema econômico envolvido é um livro de Otto Neurath (1882-1945) que apareceu em 1919, no qual o autor esforçou-se para demonstrar que as experiências da guerra revelaram que seria possível abrir mão de quaisquer considerações de valor na administração do fornecimento de mercadorias e que todos os cálculos das autoridades de planejamento central deveriam e poderiam ser realizados *in natura*, isto é, não precisariam ser feitos em termos de alguma unidade comum de valor, mas poderiam ser efetuados em espécie¹⁴. Neurath foi bastante indiferente aos obstáculos insuperáveis que a ausência dos cálculos de valor colocariam no caminho de qualquer utilização econômica racional dos recursos e parecia mesmo considerar isso como uma vantagem. Restrições semelhantes aplicam-se aos trabalhos publi-

¹³ Uma versão inglesa do ensaio de Barone constitui o apêndice do volume sobre *Collectivist Economic Planning*.

¹⁴ NEURATH, Otto. *Durch die Kriegswirtschaft zur Naturalwirtschaft*. München, 1919.

cados, mais ou menos na mesma época, por um dos principais representantes do partido social-democrata austríaco, Otto Bauer (1881-1938)¹⁵. É impossível, aqui, fornecer um tratamento detalhado do argumento dessas e de diversas outras publicações relacionadas da época. Precisam ser mencionadas, contudo, porque são importantes enquanto expressões representativas do pensamento socialista imediatamente antes do impacto das novas críticas e porque muitas destas críticas dirigem-se naturalmente a esses trabalhos, ou lidam com eles implicitamente.

Na Alemanha, as discussões concentraram-se em torno das propostas da “comissão de socialização” estabelecida para discutir as possibilidades de transferir indústrias individuais para a propriedade e controle do Estado. Foi esta comissão, ou em conexão com suas deliberações, que economistas tais como Emil Lederer (1882-1939), Eduard Magnus Mortier Heimann (1889-1967) e o infeliz Walther Rathenau (1867-1922)¹⁶ desenvolveram projetos para a socialização que se tornaram o tema principal das discussões entre os economistas. Para nossos propósitos, no entanto, essas propostas são menos interessantes do que suas contrapartidas austríacas, porque não contemplavam um sistema completamente socializado e, em vez disso, lidavam principalmente com o problema da organização de indústrias individuais socializadas em um sistema que seria, de outro modo, competitivo. Por esta razão, seus autores não precisavam enfrentar os principais problemas de um sistema verdadeiramente socialista. São importantes, sem embargo, como sintomas do estado da opinião pública da época e da nação na qual o exame mais científico desses problemas começou. Talvez um dos projetos desse período mereça menção especial, não somente por seus autores serem os criadores do termo que agora está na moda, “economia planificada”, mas também porque recorda as

¹⁵ BAUER, Otto. *Der Weg zum Sozialismus*. Wien, 1919.

¹⁶ N. do T.: Assassinado em 1922.

propostas de planejamento que agora (1935) prevalecem na Grã-Bretanha. Trata-se do plano desenvolvido em 1919 pelo *Reichswirtschaftsminister*¹⁷ Rudolf Wissell (1869-1962) e por seu subsecretário de Estado Wichard von Moellendorff (1881-1937)¹⁸. Entretanto, por mais interessantes que suas propostas para a organização de indústrias individuais possam ser, e por mais relevante que seja a discussão que originam para vários dos problemas discutidos atualmente na Inglaterra, não podem ser consideradas como propostas socialistas do tipo discutido aqui, porém ficam a meio caminho entre o capitalismo e o socialismo, um tema cuja discussão, por razões mencionadas acima, foi deliberadamente excluída deste ensaio.

X

A distinção de ter formulado por primeira vez o problema central das economias socialistas de uma tal maneira que torna impossível que volte a desaparecer das discussões pertence ao economista austríaco Ludwig von Mises (1881-1973). Em seu artigo *Economic Calculation in a Socialist Community* [O Cálculo Econômico em uma Comunidade Socialista], que apareceu na primavera de 1920, demonstrou que a possibilidade de cálculo racional em nosso sistema econômico atual baseia-se no fato de que os preços expressos em unidades monetárias proporcionam a condição essencial que torna possível esse cômputo¹⁹.

¹⁷ Ministro da Economia do Reich.

¹⁸ Este plano foi elaborado originalmente em um memorando submetido ao gabinete do Reich no dia 7 de maio de 1919 e, posteriormente, desenvolvido por R. Wissell em dois panfletos, *Die Planwirtschaft* (Hamburg, 1920) e *Praktische Wirtschaftspolitik* (Berlin, 1919).

¹⁹ MISES, Ludwig von. *Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen*. *Archiv für Sozialwissenschaften und Sozialpolitik*, Vol. XLVII, No. 1 (April 1920). Reproduzido em tradução inglesa em *Collectivist Economic Planning*. A maior parte deste artigo foi incorporada na discussão mais elaborada

O ponto essencial, sobre o qual o professor Mises foi muito além do que qualquer coisa que tenha sido feita por seus antecessores, foi a demonstração detalhada de que a utilização econômica dos recursos disponíveis seria possível somente se esta precificação fosse aplicada não somente ao produto final, mas também a todos os produtos e fatores intermediários na produção, e que não havia outro processo concebível que poderia dar conta de todos os fatos relevantes da mesma maneira que o processo de formação de preços no mercado competitivo. Juntamente com o trabalho maior ao qual este artigo foi posteriormente incorporado, o estudo do professor Mises representa o ponto desde o qual todas as discussões dos problemas econômicos do socialismo, sejam críticas ou construtivas, devem necessariamente partir caso aspirem a serem levadas a sério.

Enquanto os escritos do professor Mises contêm, sem dúvida, a exposição mais completa e bem-sucedida do que, a partir daí, tornou-se o problema central, e na medida em que exercem notavelmente a maior influência sobre todas as discussões posteriores, é uma coincidência interessante que, aproximadamente na mesma época, dois outros distintos autores tenham chegado, independentemente, a conclusões muito similares. O primeiro foi o grande sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), que em sua *magnum opus* póstuma *Wirtschaft und Gesellschaft*, a qual apareceu em 1921, lidou de maneira expressa com as condições que possibilitariam tomar decisões racionais em um sistema econômico complexo. Assim como Mises (cujo artigo menciona como um trabalho do qual ficou sabendo somente quando sua própria discussão já estava no prelo), insistiu em que os cálculos *in natura*, propostos pelos principais defensores de uma economia planificada, não seriam ca-

dos problemas econômicos enfrentados por uma comunidade socialista na Parte II da obra: MISES, Ludwig von. *Gemeinwirtschaft*. Jena, 1922 (2a. ed. de 1932). Traduzida ao inglês por J. Kahane sob o título de *Socialism* (London, 1936).

pazes de proporcionar uma solução racional para os problemas que as autoridades teriam de resolver em um tal sistema. Weber enfatizou, em particular, que a utilização racional e a preservação do capital poderia assegurar-se somente em um sistema baseado nas trocas e na utilização de moeda, e que os desperdícios devido à impossibilidade do cálculo racional em um sistema completamente socializado poderiam ser sérios o suficiente a ponto de tornar impossível manter vivas as populações dos países mais densamente povoados.

O pressuposto de que algum sistema de contabilidade poderia, a tempo, ser descoberto ou inventado se tentássemos enfrentar seriamente o problema de uma economia sem dinheiro não nos ajuda aqui: trata-se do problema fundamental de qualquer socialização completa e é certamente impossível falar em uma “economia planificada” *racionalmente* enquanto, no que diz respeito à totalidade do ponto decisivo, não há meio conhecido para a construção de um ‘plano’²⁰.

Um desenvolvimento praticamente simultâneo das mesmas ideias seria encontrado na Rússia. Aqui, no verão de 1920, no pequeno intervalo após os primeiros sucessos militares do novo sistema, quando tornou-se possível pela primeira vez proferir críticas em público, Boris Brutzkus (1874-1938), um economista notável que ficou conhecido principalmente por seus estudos a respeito dos problemas agrícolas da Rússia, sujeitou a uma investigação crítica, em uma série de palestras, as doutrinas que governavam a ação dos dirigentes comunistas. Essas palestras, que apareceram sob o título *The Problems of Social Economy under Socialism* [Os Problemas da Economia Social sob o Socialismo] em um periódico russo e que somente muitos anos mais tarde se tor-

²⁰ WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft* (“Grundriss der Sozialökonomik”, Vol. III. Tübingen, 1921). p. 55-56. Obra publicada no Brasil como: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

naram acessíveis a um público mais amplo em tradução alemã²¹, apresentavam, em sua conclusão principal, semelhanças consideráveis com as doutrinas de Mises e de Max Weber, embora tenham surgido a partir do estudo dos problemas concretos que a Rússia enfrentava na época e a despeito de terem sido escritas em um momento no qual seu autor, isolado de toda comunicação com o mundo exterior, não poderia ter conhecido os esforços semelhantes de seus pares acadêmicos austríaco e alemão. Assim como o professor Mises e Max Weber, suas críticas concentram-se em torno da impossibilidade de um cálculo racional em uma economia centralmente dirigida na qual os preços estão, necessariamente, ausentes.

XI

Embora, em alguma medida, Max Weber e o professor Brutzkus compartilhem do crédito de terem apontado, de forma independente, o problema central da economia socialista, a exposição mais completa e sistemática do professor Mises, em particular sua obra mais extensa *Die Gemeinwirtschaft*, foi a que exerceu a principal influência sobre as tendências das discussões subsequentes no Continente. Nos anos que se sucederam imediatamente à sua publicação, diversas tentativas foram feitas para responder diretamente a seu desafio e para mostrar que ele estava equivocado em sua tese principal e que, mesmo em um sistema econômico sob estrita direção central, os valores poderiam ser determinados com

²¹ O título original sob o qual essas palestras apareceram no inverno de 1921-1922, no periódico russo *Ekonomist* foi: Problems of Social Economy under Socialism. Posteriormente, foram reimpressas no idioma russo original como um panfleto que apareceu em Berlim em 1923 e em uma tradução alemã intitulada *Die Lehren des Marxismus im Lichte der russischen Revolution*, que foi publicada em Berlim, em 1928. Este ensaio, juntamente com uma discussão do desenvolvimento do planejamento econômico na Rússia, apareceu em versão inglesa em: BRUTZKUS, B. **Economic Planning in Soviet Russia**. London, 1935.

exatidão sem enfrentar quaisquer dificuldades sérias. Entretanto, embora a discussão sobre este ponto tenha se arrastado por muitos anos, ao longo dos quais Mises respondeu duas vezes a seus críticos²², tornou-se cada vez mais claro que, no que dizia respeito a um sistema de planejamento estritamente direcionado centralmente, do tipo originalmente proposto pela maior parte dos socialistas, sua tese central não podia ser refutada. Grande parte das objeções realizadas primeiramente não passavam de recursos a subterfúgios terminológicos alimentados pelo fato de que Mises, ocasionalmente, empregou a afirmação um tanto imprecisa de que o socialismo seria “impossível”, enquanto o que queria dizer era que o socialismo tornava impossível o cálculo racional. Obviamente, qualquer curso de ação proposto, para que a proposta fosse ao menos dotada de sentido, é possível no sentido estrito da palavra, ou seja, pode ser tentado. A única questão possível é se conduzirá aos resultados esperados, ou seja, se o curso de ação proposto é consistente com os objetivos aos quais pretende atender. Na extensão em que esperava-se atingir, através do direcionamento central de toda a atividade econômica, *de uma só vez e ao mesmo tempo* uma distribuição de renda que fosse independente da propriedade privada dos meios de produção e um volume de produção que seria aproximadamente o mesmo, ou ainda maior do que o adquirido sob a livre concorrência, admitia-se de maneira cada vez mais geral que esta não era uma maneira exequível de atingir tais fins.

Entretanto, era natural que, mesmo quando se faziam concessões à tese principal do professor Mises, isto não implicasse em um abandono da busca por um meio de concretizar os ideais socialistas. Seu efeito principal foi desviar a atenção daquelas que, até o momento, tinham sido consideradas universal-

²² MISES, Ludwig von. Neue Beiträge zum Problem der sozialistischen Wirtschaftsrechnung. **Archiv für Sozialwissenschaften**, Vol. LI (1924); e Neue Schriften zum Problem der sozialistischen Wirtschaftsrechnung. **Archiv für Sozialwissenschaften**, Vol. LX (1928).

mente como sendo as formas mais praticáveis de organização socialista para a exploração de esquemas alternativos. É possível identificar dois tipos principais de reações oriundas daqueles que aceitavam o argumento central de Mises. Em primeiro lugar, havia aqueles que acreditavam que a perda de eficiência e o declínio geral da riqueza, decorrentes da falta de um meio de cálculo racional, não seria um preço muito alto a pagar pela concretização de uma distribuição mais justa desta riqueza. Obviamente, se esta atitude baseia-se em uma percepção clara do que esta escolha implica, não temos nada mais a dizer a respeito, exceto que parece duvidoso que aqueles que a sustentam possam encontrar muitas pessoas que concordem com sua ideia. A verdadeira dificuldade, aqui, é, obviamente, que, para a maior parte das pessoas, a decisão a respeito deste ponto dependerá da medida na qual a impossibilidade do cálculo racional levaria a uma redução da produção em uma economia sob direção central, em comparação com um sistema competitivo. Embora na opinião do presente autor pareça que um estudo cuidadoso não poderia deixar dúvidas a respeito da enorme magnitude dessa diferença, deve-se admitir que não há uma maneira simples de demonstrar o quão grande seria tal diferença. A resposta, aqui, não pode decorrer de considerações gerais. Em vez disso, terá que basear-se em um estudo cuidadosamente comparativo do funcionamento dos dois sistemas alternativos, e pressupõe uma quantidade de conhecimento muito maior a respeito dos problemas envolvidos do que aquela que poderia, possivelmente, ser obtida de qualquer outra maneira que não fosse por meio de um estudo sistemático da economia²³.

²³ Talvez seja necessário, a este respeito, dizer explicitamente que seria completamente inconclusivo se uma tal comparação fosse realizada entre o capitalismo tal como existe (ou como ainda se supõe que exista) e o socialismo tal como poderia funcionar sob pressupostos ideais – ou entre o capitalismo tal como poderia ser em sua forma ideal e o socialismo em alguma forma imperfeita. Para que a comparação possa ter qualquer valor para o que está em questão,

O segundo tipo de reação às críticas do professor Mises era considerá-las como válidas somente contra a forma específica do socialismo à qual elas principalmente se dirigiam, e tentar construir outros esquemas que seriam imunes a essas críticas. Uma parte bastante considerável (e provavelmente a mais interessante) das discussões posteriores no Continente tenderam a seguir nesta direção. Duas tendências principais surgiram a partir destas especulações. Por um lado, tentava-se superar as dificuldades em questão ampliando mais ainda o elemento de planejamento, para além daquilo que já tinha sido contemplado anteriormente, de modo a abolir por completo a livre escolha dos consumidores e a opção livre por ocupações. Ou, por outro lado, tentou-se introduzir diversos elementos de competição. Em que medida essas propostas realmente superaram quaisquer dessas dificuldades e em que extensão mostram-se realmente factíveis, trata-se de questões abordadas em diversas seções da obra *Collective Economic Planning*. ∞

deverá ser feita sob o pressuposto de que cada sistema é levado em consideração em sua forma mais racional sob as condições dadas da natureza humana e das circunstâncias externas que, obviamente, precisam ser aceitas.